

PLANO DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DO ALTO DOURO VINHATEIRO (ADV)

HELENA TELES*

Resumo: Ao nível do Sistema de Gestão implementado com a publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 4/2014 de 10 de janeiro determinou que a missão de proteger, conservar e valorizar, bem como divulgar e promover a «Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva do Alto Douro Vinhateiro» passaria a ser diretamente prosseguida pela CCDRN, numa opção do Estado Membro que levou ao desenho de um sistema de gestão adequado às necessidades do território, na sua complexidade física e institucional e que fossa ainda ao encontro das determinações da UNESCO.

Palavras-chave: Paisagem Cultural do Alto Douro Vinhateiro; CCDRN; Gestão integrada de proximidade e monitorização; Biofísica e história da paisagem e território.

Abstract: At the level of the Management System implemented with the publication of the Resolution of the Council of Ministers nr. 4/2014 of January 10 determined that the mission of protecting, conserving and valuing, as well as publicizing and promoting the «Living and Evolutionary Cultural Landscape of the Alto Douro Vinhateiro» would be directly pursued by CCDRN, at the option of the Member State that led to the design of a management system that is adequate to the needs of the territory, in its physical and institutional complexity, and which is also in line with the determinations of UNESCO.

* Chefe da Estrutura Sub-regional de Vila Real da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte/Missão Douro.

Keywords: Alto Douro Vinhateiro Cultural Landscape; CCDRN; Integrated proximity management and monitoring; Biophysics and history of landscape and territory.

NOTA PRÉVIA: ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Neste âmbito destacar-se-á o papel do Gabinete Técnico Missão Douro, corpo operacional, próximo do território e dos 2 órgãos consultivos que apoiam o Gestor do Alto Douro Vinhateiro e Presidente da CCDRN, O Conselho Consultivo constituído por 50 entidades públicas e privadas, representativas dos diferentes setores de atividade; e o Grupo Coordenador Permanente, integrando as principais entidades com responsabilidade de gestão. Este sistema de gestão contempla um Modelo de Monitorização alargado, tendo por base indicadores específicos, sustentado por uma base de dados geográficos, onde os processos em gestão são georreferenciados, o que nos tem permitido mapear as alterações à ocupação do solo, informação complementada e validada através de visitas de campo regulares. Por outro lado, a análise comparativa desta informação, conjugada com os dados de natureza estatística, obtidos juntos das entidades parceiras e INE, resultam numa visão integrada sobre as dinâmicas do território. Este modelo assenta em quatro dimensões de monitorização:

- a) Monitorização dos processos da tutela – expressão e impacto territorial dos processos aprovados e autorizados ao nível da edificabilidade, uso do solo, indústrias, energia, turismo, vias de comunicação entre outras tipologias;
- b) Monitorização das atividades económicas – expressão territorial das atividades associadas à cultura dominante da vinha e do vinho, ao turismo, à exploração de recursos entre outras atividades geradores de impactos;
- c) Monitorização da comunicação – expressão dos modelos e meios de comunicação interna e externa adotados para interação intra/interinstitucional, com a sociedade civil e respetivos *stakeholders*, com outras instituições, por exemplo, pares da gestão de Sítios da Lista do Património Mundial (Rede) e ainda a UNESCO/ICOMOS;
- d) Monitorização da paisagem do ADV – abordagem centrada na análise da estrutura, composição e funcionamento da paisagem em diferentes escalas.

O modelo global de monitorização teve ainda em linha de conta o proposto pelo Estudo de Avaliação do Bem, no sentido de se aumentar o número de paisagens de referência de 4 (conforme estudo de suporte à candidatura do ADV em 2001) para 10, sendo que, efetivamente a monitorização se faz para toda a área do ADV e RDD.

No que se refere à gestão efetiva do território, tendo em conta as competências da CCDRN e do Gabinete Técnico Missão Douro, no âmbito do Ordenamento do Território, Ambiente e Monitorização, todo o trabalho desenvolvido concorre para a manutenção e atualização do processo de monitorização.

Com efeito, esta dupla valia resulta numa boa prática permitindo uma gestão integrada e concertada, de proximidade, pró-ativa e preventiva, capaz de conciliar as preocupações de preservação e salvaguarda do Património Classificado, mas ao mesmo tempo promover a implementação de proje-

tos e intervenções necessárias ao desenvolvimento económico e social da região, monitorizando-os num contexto alargado ao ADV e respetiva ZEP.

Poder-se-á ainda dar uma perspetiva sobre a forma como o ADVPM se organizou, no sentido de se tornar um destino turístico sustentável, na perspetiva da *purple economy*, apresentando algumas boas práticas adotadas pelo seu tecido institucional e empresarial, nomeadamente o estabelecimento de parcerias, redes e rotas, no sentido de ganhar escala e competitividade, ultrapassando as barreiras físicas e organizacionais que caracterizam os territórios de baixa densidade, potenciando a globalização dos seus valores endógenos e o seu património.

DESENVOLVIMENTO: VALORES NATURAIS, HISTÓRICOS, IDENTITÁRIOS E PATRIMONIAIS DO ADV

Cumprir, em primeiro lugar, um agradecimento ao CITCEM, em particular à Sr.^a Professora Doutora Otília Lage, pelo convite formulado que resultou na possibilidade de estarmos presentes neste *workshop*, trazendo a nossa experiência no âmbito da gestão e monitorização do Alto Douro Vinhateiro, Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva.

Não obstante se tratar de duas paisagens vinhateiras classificadas como Património Mundial, a Ilha do Pico e o Alto Douro representam duas realidades distintas, pretendendo-se que esta comunicação resulte num contributo válido para uma abordagem comparada, uma aprendizagem baseada na troca de experiências e conhecimentos, relevante para todos os intervenientes, não só para os investigadores, gestores e técnicos, mas para todos os que são chamados a participar no desenvolvimento, sustentável e coeso, dos territórios em questão.

A área delimitada como Património Mundial e respetiva Zona Especial de Proteção e a abrangência do sistema de gestão e monitorização que têm vindo a ser implementados exigem um esforço de síntese, quando se trata de abordar o tema num espaço de tempo limitado pelo que, esta comunicação foi preparada com o objetivo de focar, ainda que de forma sintética dois pontos-chave: as características biofísicas e os aspetos históricos traduzidos na singularidade da paisagem, que conferem Valor Universal Excecional ao Alto Douro Vinhateiro, numa primeira parte; depois, numa segunda parte, o enquadramento institucional do sistema de gestão e monitorização e a forma adaptativa, integrada e efetiva como permite acompanhar as suas dinâmicas territoriais do Bem.

No interior norte do país, o ADV é um dos 15 Sítios Nacionais Património da Humanidade e, os seus 24.600 ha constituem a mancha mais representativa e bem preservada da Região Demarcada do Douro (RDD), a mais antiga região vinhateira delimitada do mundo, que se estende pela bacia hidrográfica do Rio Douro, entre Barqueiros e Barca d'Alva, ocupando uma área total de 250.000 ha, que correspondem à sua Zona Especial de Proteção (ZEP).

Neste território interagem múltiplos interlocutores públicos e privados, salientando-se que a área classificada abrange 13 municípios, passando a 19 se considerarmos toda a zona tampão, facto que levou à conceção de um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV), compromisso assumido pelo Estado Português, em sede de classificação,

tendo em vista a sua salvaguarda e valorização. Com efeito, o grande desafio no que à gestão deste território respeita, prende-se com a necessidade de assegurar as funções agrícolas e ambientais da paisagem, compatibilizando a preservação do património com as dinâmicas de inovação e modernização dos sistemas de cultivo.

À luz desta dualidade, a gestão e monitorização do território têm sempre em linha de conta, não só os valores naturais, históricos, identitários e patrimoniais do ADV e de toda a RDD, como também as necessidades e anseios dos vitivinicultores e demais agentes produtivos, construtores diários de uma paisagem singular.

Das características biofísicas do território destaca-se o facto de o rio Douro ter entalhado o seu vale entre rochas metamórficas, especialmente xistos, surgindo apenas nas regiões periféricas da RDD as primeiras manchas graníticas. As vertentes abruptas do rio e dos seus afluentes obrigaram a um enorme esforço de modelação do terreno para adaptação dos sistemas de cultivo.

Por outro lado, os conjuntos montanhosos de Montemuro e do Marão-Alvão constituem uma eficaz barreira à influência do Atlântico, impedindo que os ventos húmidos exerçam uma ação direta nos valores de precipitação, sendo que a precipitação média anual regista um decréscimo de jusante para montante.

Já no que respeita à temperatura média anual há um forte gradiente térmico de ocidente para oriente. A irregularidade do regime pluvioso, típica dos climas mediterrânicos, traduz-se em longos períodos de seca estival, com fortes amplitudes térmicas onde as temperaturas máximas atingem os 45° C no verão e valores negativos no inverno.

No entanto, são as características do solo e os declives que mais condicionam a distribuição de culturas e determinam a sistematização e armação do terreno das vinhas.

A biodiversidade é outro fator diferenciador da riqueza patrimonial duriense. Fauna e flora coexistem numa exuberância de espécies que apelam ao contacto com a natureza, à prática de atividades como percursos pedestres, pesca desportiva, *birdwhatching*, mas que na realidade se revelam fundamentais para o equilíbrio dos ecossistemas. A cegonha-preta, o abutre do Egito, a águia-real, a águia de *Bonelli*, o falcão-peregrino, gralha-de-bico-vermelho, o bufo-real, o grifo, o andorinhão-real, o melro-azul, o milhafre-real, o açor, são facilmente observáveis sobrevoando as proximidades do rio, onde as vertentes mais abruptas, com as suas manchas de vegetação rupícola constituem abrigos privilegiados para a nidificação. O lobo, o corço, o gato-bravo, a lontra, o rato de *Cabrera*, o javali, o morcego e a víbora-cornuda, são espécies que, em terra, constituem motivos de particular interesse faunístico.

Por outro lado, o coberto vegetal natural do vale do Douro, constituído por bosques e manchas de matos mediterrânicos, integra um património extremamente variado, quer arbóreo (sobreiros, azinheiras, zimbros, carrasco) quer arbustivo (medronheiros, estevas, pilriteiros, troviscos, rosmaninhos, tomilhos...), muitas vezes instalados nos tradicionais mortórios, cuja preservação assume um carácter prioritário, garantindo a diversidade e o equilíbrio paisagístico e ecológico da região.

Os critérios que levaram à classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património da Humanidade remetem para a evolução histórica da atividade vitivinícola na região e para a forma como esta se reflete na complexidade da paisagem humanizada.

Com efeito, a região do Douro é uma das mais importantes e antigas regiões demarcadas do mundo, e embora os vestígios arqueológicos comprovem a ocupação megalítica, cuja representação mais significativa se encontra no Parque Arqueológico do Vale do Côa, os primeiros indícios da cultura da vinha surgem no período da ocupação romana.

O desenvolvimento da viticultura no Vale do Douro data do séc. XII, a partir da independência de Portugal, expandindo-se depois nos séculos XIII e XIV, com a produção dos primeiros vinhos de excelência, conhecidos como *vinhos cheirantes de Lamego* destinados à comercialização e exportação. Este incremento na qualidade do vinho durante a idade média ficou a dever-se em grande parte, à fixação e ao trabalho das ordens religiosas, em particular a ordem monástica de Cister.

A primeira referência à denominação *Vinho do Porto* para o vinho do Douro surge apenas em meados do séc. XVII, período marcado pelas fortes divergências políticas entre a França e a Inglaterra, o que condicionou o comércio do vinho então produzido, culminando com a celebração do Tratado de Methuen em 1703.

Em 1756, o Ministro do Rei D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, cria a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, procedendo à primeira delimitação da Região Demarcada do Douro.

É a partir dos finais do séc. XVIII, com a melhoria das acessibilidades da via fluvial, nomeadamente com a abertura do Cachão da Valeira à navegação e posteriormente com a chegada do caminho-de-ferro a Barca d'Alva, que se verifica uma expansão efetiva da cultura da vinha para o Douro Superior, já em pleno séc. XIX.

Este novo ciclo na organização do território do Douro foi condicionado pelo aparecimento das doenças fitossanitárias que atingiram as vinhas do Baixo e Cima Corgo, em particular o oídio em 1851, e a filoxera que surge pela primeira vez em 1868, com um efeito devastador, não só pela rapidez de propagação mas sobretudo pela extensão territorial abrangida.

Desta época emerge a figura marcante de D.^a Antónia Adelaide Ferreira, a Ferreirinha, que depois de se deslocar a Inglaterra onde se informara sobre os meios mais modernos e eficazes para combater a praga, adotou processos mais sofisticados de produção do vinho, recuperando propriedades devastadas e investindo em novas plantações. Considerada uma mulher visionária lutou sempre pelos mais necessitados e pelas suas causas. Símbolo de empreendedorismo, de altruísmo e de generosidade, esta mulher determinada e corajosa construiu um enorme império ao longo do séc. XIX.

Na história recente desta região, a filoxera foi um dos principais agentes de transformação da paisagem e da socioeconomia, causando enormes perdas aos vitivinicultores que se viram forçados a vender e abandonar as suas propriedades, deixando para trás um importante legado – os mortórios.

A identidade da paisagem resulta assim da conjugação das suas características naturais e das condições morfológicas, geológicas e climáticas com o esforço contínuo de apropriação e de utilização do solo em função das necessidades de produção ao longo da história.

A Região Demarcada do Douro constitui uma narrativa viva da sua história, refletindo a ação do Homem sobre a Natureza numa evolução singular que se traduz na especificidade de cada uma das suas sub-regiões: o Baixo Corgo, o Cima Corgo e Douro Superior.

A primeira regista a maior quantidade de muros de pedra posta, as melhores condições climáticas e morfológicas para a cultura da vinha, o que se traduz numa paisagem compartimentada, de pequenas propriedades, marcada pela extensa presença de vinha e do olival em bordadura. O Cima Corgo apresenta um relevo mais acidentado, no entanto, é aí que se concentra a maior quantidade de Quintas. No Douro Superior a prática da vitivinicultura é mais recente e vocacionada para os vinhos de mesa, surge associada à exploração do olival e do amendoal. Nesta sub-região, em resultado dos grandes investimentos privados, as propriedades são de maior dimensão.

A conjugação de todos estes fatores resulta, em termos paisagísticos, numa espécie de mosaico, e são inúmeros os elementos que contribuem para a sua policromia e heterogeneidade, nomeadamente as matas e manchas de matos mediterrânicos, estruturas arbóreo-arbustivas que constituem reservas de elevada diversidade e habitats para inúmeras espécies de aves. Estas têm um papel fundamental na consolidação das vertentes e na recarga dos aquíferos. Também as galerias ripícolas e rupícolas são determinantes para a manutenção da biodiversidade. Outro dos fatores identitários desta paisagem é a alternância de culturas, com efeito, a oliveira é utilizada nas duas regiões do Corgo especialmente como bordadura constituindo um elemento enriquecedor da paisagem, mas tem maior expressão na região do Douro Superior, esta com características mais próximas da Terra Quente, onde também a amendoeira encontra terreno propício, contribuindo significativamente para a valorização de um importante produto turístico – A Rota das Amendoeiras em Flor. As hortas e os citrinos predominam nas várzeas dos rios nomeadamente em Barca d’Alva, Foz do Tua ou Pala. Na generalidade, a fruticultura, em particular de cerejeiras, macieiras e pereiras, surge em complemento da cultura da vinha, com relevância crescente no que toca por exemplo à sua transformação, com azeite e frutos secos de elevadíssima qualidade.

Os pequenos povoados de aldeias e vilas dão um colorido disperso à paisagem, sobressaindo do edificado alguns solares setecentistas de elevado valor arquitetónico. No entanto, a quinta do Douro é a unidade de exploração agrária mais emblemática da vitivinicultura, integrando a casa de habitação e as demais estruturas de apoio à atividade agrícola com destaque para as adegas e lagares e outras construções vernaculares que se espalham pela propriedade. São igualmente visíveis os elementos religiosos, edifícios e locais de culto como S. Leonardo de Galafura ou S. Salvador do Mundo que ao mesmo tempo proporcionam miradouros privilegiados para fruição da paisagem. Por último, destacam-se os muros, construídos em pedra posta de xisto, obedecendo a técnicas de construção tradicionais, elementos identitários e constantes na paisagem, que ao longo de séculos permitiram sustentar os socos de solo xistoso, conquistados à encosta para plantação da vinha. De igual forma, as hortas e pomares murados são exemplos de alguma raridade, sobretudo pela originalidade das formas.

A antiguidade da cultura da vinha e as componentes únicas e identitárias representativas desta atividade sustentaram a sua inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO, em 14 de dezembro de 2001, com a categoria de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva, encerrando uma herança coletiva multissécular associada à cultura da vinha e do vinho, cujos critérios de classificação poderão ser assim interpretados:

Critério iii – O ADV produz vinho desde há cerca de dois mil anos a sua paisagem foi moldada pelas atividades humanas:

Com efeito, o ADV evidencia a produção de vinho desde o período romano, atividade posteriormente incrementada pelas ordens religiosas de Cister. A demarcação pombalina em 1776, foi um marco determinante na produção do Vinho do Porto. A filoxera, praga que dizimou a região, provocou uma forte transformação da paisagem, onde os *mortórios* alternam com novos socalcos de vinha, outras culturas, bordaduras de oliveiras, matos e matas mediterrânicas.

Critério iv – As componentes da paisagem do ADV são representativas do completo leque de atividades associadas à produção vitivinícola – socalcos, quintas, aglomerados, capelas e vias de comunicação:

Dos elementos desta a paisagem humanizada, destacam-se os povoados, num colorido disperso de onde sobressaem edifícios e monumentos de valor arquitetónico; as quintas como unidades de exploração agrícola tradicionais, englobando a casa de habitação, adegas, lagares e outras construções vernaculares; edifícios religiosos e locais de culto que proporcionam pontos privilegiados para observação da paisagem.

Critério v – A paisagem cultural do ADV constitui um excepcional exemplo de uma região vitivinícola tradicional europeia, refletindo a evolução desta atividade humana através do tempo:

Espelhando o contexto evolutivo desta relação do homem com a natureza, o ADV constitui um exemplo excepcional de região vitivinícola tradicional europeia, pela sua extensão, história, diversidade de castas, *terroir* único garante de vinhos mundialmente reconhecidos, nas denominações de origem «Porto» e «Douro».

A sustentabilidade do Valor Universal excepcional desta paisagem classificada, implica salvaguardar as condições de integridade e autenticidades dos valores intrínsecos aos critérios de classificação, assegurando os requisitos necessários de proteção e gestão à luz do referencial da UNESCO enquadrando o sistema de gestão no panorama orgânico e institucional do estado português.

Assim, dando cumprimento ao compromisso assumido pelo Estado Português foi elaborado o Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro – PIOTADV, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/03 de 22 de Setembro com o intuito de proteger o bem classificado pela UNESCO e de garantir a manutenção das condições que lhe conferem o valor excepcional e estabelece uma estratégia intermunicipal para a salvaguarda e a valorização da Paisagem Cultural Evolutiva Viva do Alto Douro Vinhateiro. Este plano abrange 13 Municípios: Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real e incide sobre a regulamentação das práticas agrícolas e das restantes intervenções no solo rural, com destaque para a viticultura e a olivicultura.

Numa fase posterior, em sede de avaliação e reporte sobre o estado de conservação do Bem, a publicação da Resolução Conselho de Ministros n.º 4/2014 de 10 de janeiro estabeleceu o Sistema de Gestão do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade, determinando que a missão de proteger, conservar e valorizar, bem como divulgar e promover a Paisagem Cultural Evolutiva e Viva do Alto Douro Vinhateiro, passaria a ser diretamente prosseguida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), tendo sido criado o Gabinete Técnico Missão Douro, integrado e na dependência da Estrutura Sub-Regional de Vila Real (ESRVR), competindo-lhe prestar apoio técnico ao Presidente da CCDR-N e Gestor do Bem. Este sistema de gestão contempla ainda a existência de dois órgãos consultivos: o Grupo Coordenador Permanente que integra entidades públicas com responsabilidade na gestão do território como a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, a Direção Regional da Cultura, o Turismo de Portugal, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial e o Turismo do Porto e Norte; e o Conselho Consultivo que dá voz das cerca de 50 entidades públicas e privadas, representativas dos diferentes setores de atividade, com *inputs* muito significativos quanto às dinâmicas da região.

O modelo de monitorização, que faz parte integrante do sistema de gestão, foi desenhado para fazer face às características e exigências do território, tendo por base indicadores específicos para cada uma das quatro componentes definidas:

- Monitorização dos processos da tutela – expressão e impacto territorial dos processos aprovados e autorizados ao nível da edificabilidade, uso do solo, indústrias, energia, turismo, comunicações entre outras tipologias;
- Monitorização das atividades económicas – expressão territorial das atividades associadas à cultura dominante da vinha e do vinho, ao turismo, à exploração de recursos entre outras atividades geradores de impactos;
- Monitorização da comunicação – expressão dos modelos e meios de comunicação interna e externa adotados para interação intra/interinstitucional, com a sociedade civil e respetivos *stakeholders*, com outras instituições, por exemplo, pares da gestão de Sítios da Lista do Património Mundial (Rede) e ainda a UNESCO/ICOMOS;
- Monitorização das paisagens – abordagem centrada na análise da estrutura, composição e funcionamento da paisagem em diferentes escalas.

Este trabalho é sustentado por uma base de dados geográficos, onde os processos em gestão são georreferenciados, permitindo mapear as alterações à ocupação do solo, informação complementada e validada através de visitas de campo regulares. Por outro lado, a análise comparativa desta informação, conjugada com os dados de natureza estatística, obtidos juntos das entidades parceiras e INE, resultam numa visão integrada sobre as dinâmicas do território. A sistematização destas alterações tem sido imprescindível na avaliação quanto à sua compatibilidade com os critérios de classificação do ADV Património Mundial bem como na elaboração documentação de reporte, nomeadamente à UNESCO.

A complexidade do território do ADV e respetiva ZEP tem exigido às inúmeras entidades, com responsabilidade de gestão, um olhar atento, integrado e complementar sobre as intervenções levadas a cabo nos últimos anos, face às políticas de apoio ao investimento, designadamente no setor

da vitivinicultura, o que, se por um lado tem potenciado o aparecimento de vinhas novas, tem, por outro, permitido a recuperação dos muros tradicionais, do património vernacular e a preservação das tradicionais vinhas em socalco. A monitorização impõe-se assim em toda a RDD, não obstante, se terem definido, na globalidade 10 paisagem de referência incluindo as 4 paisagens estudadas em sede de candidatura à UNESCO, em 2000. Tendo em conta a extensa área de 24.600 ha do ADV, as paisagens de referência têm cada uma, uma área aproximada de 500 ha e a sua identificação teve em linha de conta 3 critérios: por um lado, e tal como referido, a manutenção das paisagens de referência estudadas e apresentados no dossiê de candidatura do ADV a Património Mundial (UTAD, 2000), estratégia pertinente para o conhecimento mais aturado sobre alterações registadas num intervalo de tempo mais amplo; por outro, a sua localização nos principais afluentes do Rio Douro enquanto áreas de amostragem mais representativas face às especificidades que compõem cada bacia hidrográfica, nomeadamente quanto à inclinação das vertentes e uso do solo, microclimas, disposição dos aglomerados urbanos entre outras características que no seu conjunto permitem caracterizar o ADV, por último a representatividade das unidades de paisagem atendendo aos atributos descritos no PIOTADV.

Assim as paisagens de referência são: Vale do Rio Corgo, Chancelheiros, Vale do Rio Torto, Vale de Figueira (quatro paisagens iniciais) e ainda Oliveira, Vale do Rio Távora, Vale do Rio Pinhão, Foz Tua e Freixo de Numão.

A componente Paisagem é a que tem colocado maiores desafios tendo sido definidos um conjunto de indicadores muito finos para monitorização que incluem por exemplo a área de vinha reconvertida, os socalcos, os patamares, a vinha ao alto, a vinha sem armação, a área de olival, a área de amendoal, a área ocupada por outras culturas, a existência de bordaduras, os pomares de citrinos, os mortórios, a reconstrução e construção de muros tradicionais do Douro, as manchas de matos, matas, povoamentos florestais e galeria ripícola, a preservação e valorização do edificado, entre outros elementos patrimoniais.

Com efeito, a gestão efetiva e diária do território, tendo em conta as competências da CCDRN e do Gabinete Técnico Missão Douro, no âmbito do Ordenamento do Território, Ambiente, Paisagem e Monitorização, a proximidade com o território e a existência de uma equipa de trabalho pluridisciplinar, resulta num trabalho que concorre para a manutenção e atualização do processo de monitorização. Esta dupla valia resulta numa boa prática, permitindo uma gestão integrada e concertada, de proximidade, pró-ativa e preventiva, capaz de conciliar as preocupações de preservação e salvaguarda do Património Classificado, mas ao mesmo tempo promover a implementação de projetos e intervenções necessárias ao desenvolvimento económico e social da região, monitorizando-os num contexto alargado ao ADV e respetiva ZEP.

A concertação e a articulação com as demais entidades públicas e privadas associadas aos desígnios do território têm permitido acompanhar as suas dinâmicas, percebendo a forma como este se organizou, no sentido de se tornar um destino turístico sustentável, na perspetiva da *purple economy*, conhecendo e divulgando as boas práticas adotadas pelo seu tecido institucional e empresarial, nomeadamente o estabelecimento de parcerias, redes e rotas, no sentido de ganhar escala e competitividade, ultrapassando as barreiras físicas e organizacionais que caracterizam os territórios de baixa

densidade, potenciando a globalização dos seus valores endógenos e o seu património.

Por último, importa acrescentar que este é um desafio em contínuo, para o qual muito têm contribuído as aprendizagens e a troca de experiências proporcionadas pelos diferentes certames culturais, técnicos e científicos em que a equipa de trabalho e gestores têm participado.

Refere-se ainda que parte do trabalho desenvolvido pela Missão Douro se encontra disponibilizado no site oficial da CCDRN, no respetivo separador institucional.

Estaremos sempre disponíveis para colaborar no aprofundar de conhecimentos, na partilha de boas práticas, na consolidação das melhores relações profissionais e institucionais.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Fernando Bianchi de (1987) — *Cultura da vinha em terrenos de encosta: alternativas para a sua implantação*. Vila Real: Departamento de Fitotecnia e Engenharia Rural, UTAD.
- Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto: Fundação Rei Afonso Henriques, 2000.
- MADUREIRA, Livia (2004) — *Valoração económica do ambiente*. In «Seminário Agricultura, Competitividade e Ambiente» realizado no Instituto Superior de Agronomia. Vila Real: UTAD.
- MAGALHÃES, António José T. (2003) — *Plantação de uma vinha no Douro*. Comunicação no Seminário «Instalação da Vinha». Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro.
- MAGALHÃES, António J. T.; The Fladgate Partnership (2005) — *Controlo da Erosão em Vinhas de Encosta, o exemplo do Douro*. In «Simpósio Vitivinícola do Norte de Portugal». Vairão: [s. n.].
- PEDROSA, António de Sousa; MARTINS, Márcio; PEDROSA, Fantina Tedim (2004) — *Processos de erosão acelerada. Região Demarcada do Douro um património em risco*. «Douro – Estudos & Documentos», n.º 17. Porto: GEHVID, p. 207-232.
- AGUIAR, Fernando Bianchi de, et al., coord. — *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro*. Elaborado por equipa técnica, coordenada por Fernando Bianchi de Aguiar, Teresa Andresen, Jorge Dias, Pedro Sousa e Silva. Vila Real: UTAD.
- RIBEIRO, José Alves — *O Alto Douro Vinhateiro e a gestão da sua paisagem agrária*. 1º Congresso de Estudos Rurais – Ambiente e Usos do Território. Vila Real: Departamento de protecção de plantas, UTAD.

OUTRAS FONTES

- <<http://www.ccdr-n.pt/>>.
- <<https://en.unesco.org/>>.
- <<https://www.ivdp.pt/>>.
- <<https://www.rpmp.pt/>>.
- <<https://www.rpmp.pt/repositorio>>.

Nota: Este artigo segue o novo acordo ortográfico.